

31/07/2019 - 05:00

Novos recursos a Estados não podem vir sem contrapartidas

Por

A melhor maneira de conter os déficits estaduais - a inclusão dos Estados na reforma previdenciária discutida no Congresso Nacional - está sendo deixada de lado, ainda que exista alguma esperança de que eles possam ser inseridos por iniciativa do Senado. A enorme desarrumação das contas fiscais, que tornou-se aberta na fase final do governo de Dilma Rousseff, tem um capítulo essencial no desequilíbrio das contas estaduais e, nelas, o crescente descontrole previdenciário é um dos principais fatores, capaz de levar o déficit conjunto a R\$ 90 bilhões no ano passado. Como a solução da reforma para aliviar o peso de pensões e aposentadorias não prosperou, a penúria financeira dos entes federativos continuará aguda.

Os Estados sempre acabam socorridos pela União, recebendo mais recursos em troca de poucas obrigações, as quais costumam em geral descumprir. Ganharam nos estertores do governo Dilma a postergação do prazo de quitação do pagamento de seus débitos por duas décadas, mas as contas continuaram piorando. Um programa de emergência lançado no governo Temer, que pressupunha ajuste nas contas estaduais, foi deixado de lado pela maioria dos Estados e os que a ele aderiram não cumpriram as condições. Um regime de recuperação foi instituído então, com a adesão do Rio de Janeiro, em crise terminal. Ainda assim, o Legislativo estadual fez o que pode para driblar os condicionantes, que trariam um aperto significativo nas despesas com a folha de pagamentos e nos reajustes dos servidores.

O governo Bolsonaro preparou o Plano de Equilíbrio Fiscal, o Plano Mansueto (em referência ao secretário do Tesouro, Mansueto Almeida), com oito alternativas para que os Estados escolham três e reduzam déficits dentro do mandato dos atuais governadores. A privatização de estatais estaduais é uma delas, o respeito a um teto de gastos, outra. A vantagem é que os Estados que aderirem podem contrair novos empréstimos com aval do Tesouro, possibilidade antes vedada por seus baixos ratings. O plano tomou forma de lei complementar, que também muda a lei de responsabilidade fiscal ao deixar explícita a proibição de reajustes salariais escalonados que se estendam além dos mandatos, e estendem o prazo a 5 anos para que os entes federados reduzam a 60% da receita corrente líquida os gastos com pessoal ativo e inativo. O PEF tem um alcance de R\$ 10 bilhões.

Os Estados dificilmente se sentirão atraídos a promover programa de austeridade se tiverem uma alternativa para não fazê-lo. O ministro da Economia, Paulo Guedes, acenou com a "cenoura" de dinheiro que será obtido do leilão da cessão onerosa, e mencionou repasse de R\$ 30 bilhões. Citou também um novo pacto federativo, em benefício da federação, mas nada falou de condicionalidades. Mas a equipe econômica e alguns especialistas que aconselham as Presidências da Câmara e do Senado estudam formas de impedir que os governadores utilizem esses recursos da mesma forma que fizeram no passado - para cobrir as folhas de pagamento. Cinco Estados já estouraram o limite de gasto com pessoal e outros 9 estão perto do limite.

Uma ideia é impedir que esse dinheiro possa ser usado para determinadas finalidades. Especialistas que têm interlocução com o deputado Rodrigo Maia e o senador Davi Alcolumbre defendem um caminho mais drástico, segundo apurou o **Valor**. Os recursos extraordinários sequer passariam pelos caixas dos Estados e seriam usados para abater suas dívidas com União e precatórios, sendo direcionados diretamente para o Tesouro, no primeiro caso, ou para o órgão da Justiça responsável pelo pagamento, no segundo.

Para que o "pacto federativo" seja efetivado - ele começa com os 30% do bônus de assinatura e inclui percentuais cada vez maiores, até 70%, dos royalties das áreas sob regime de concessão que a União recebe - teriam de ser aprovados a PEC paralela que incluía os Estados na reforma da previdência, o fim da obrigatoriedade de a União financiar os precatórios, a quitação dos restos a pagar e a desistência de disputa judicial por ressarcimento da desoneração das exportações (lei Kandir). Novas regras de partilha seriam criadas, como a melhoria de indicadores sociais.

Há bem mais de uma receita para enquadrar o crescimento acelerado das despesas dos Estados e de incentivá-los a fazer isso. Os governadores, em todas as ocasiões, demonstraram predileção por receitas livres. Desta vez não deve ser diferente.

Veículo: Metro1	
Data: 30/07/2019	Caderno: Política



Política

Reforma Tributária: Coronel quer que ICMS continue com Estados

Membro da Comissão de Relações Exteriores, Coronel avisou que votará contra uma possível indicação do Eduardo Bolsonaro (PSL) para a embaixada do Brasil nos EUA



Foto: Juliana Almirante / Metropress

Por **Alexandre Galvão / Juliana Almirante** no dia 30 de Julho de 2019 · 11:53

Senador pela Bahia, Angelo Coronel (PSD) defendeu que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) continue como responsabilidade dos Estados. Atualmente, em propostas no Congresso Nacional, o ICMS passaria para o governo federal.

“Eu vou protocolar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que cria o Imposto Brasil, que será a unificação de todos os impostos federais. Na minha proposta, o ICMS continua com o governo e o ISS com as prefeituras. As propostas atuais tiram o ICMS dos Estados e eu sou contra isso. Se o governador quiser atrair uma indústria, não pode mudar o ICMS?”, questionou.

Representante da Bahia na Comissão de Relações Exteriores do Senado, Coronel avisou que votará contra uma possível indicação do Eduardo Bolsonaro (PSL) para a embaixada do Brasil nos Estados Unidos.

“Votarei contra. Você tem que colocar embaixador que tenha ‘know how’. Imagina se o Trump perde as eleições, o novo presidente vai retaliar o filho do Bolsonaro pois ele é aliado do Trump. Ele comete irresponsabilidade querendo colocar o filho dele a pulso”, avaliou.

Veículo: Política Livre	
Data: 30/07/2019	Caderno: Economia

Raul Monteiro
POLÍTICALIVRE
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

Bolsonaro diz que reforma tributária pode incluir Estados e municípios

Foto: Gabriela Biló/ Estadão



O presidente Jair Bolsonaro

O presidente Jair Bolsonaro disse que a ideia do governo é encaminhar uma proposta de reforma tributária que envolva apenas impostos federais, mas que é possível “evoluir” para incluir Estados e municípios. A possibilidade, no entanto, é vista como arriscada por ele. “Até pode evoluir (para incluir estados e municípios), mas toda vez que isso foi feito ao longo dos meus 28 anos na Câmara a proposta não foi para frente e foi arquivada porque há muito interesse”, avaliou. O Estado mostrou que Estados e municípios não aceitam uma reforma que simplifique apenas os tributos federais. Uma das propostas é que os governadores se unam para modificar a proposta que já está na Câmara, de relatoria do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), desenhada pelo economista Bernard Appy. Bolsonaro disse que “todo mundo concorda com a proposta (de reforma tributária), desde que não perca nada”. “Acho que o Paulo Guedes (ministro da Economia) está certo, é uma reforma da União. Depois, uma outra PEC poderá ser feita para Estados e Municípios. A minha ideia é a gente simplificar impostos e taxas”, disse após evento no Planalto com anúncio de mudanças em normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho. Maia quer unificar três das cinco propostas que tratam sobre o tema: a do líder do MDB, Baleia Rossi (SP), que já está em uma comissão especial, a que está no Senado, de autoria do ex-deputado Luis Carlos Hauly, e a do governo federal, que ainda está sendo preparada pela equipe econômica. A ideia de Maia é facilitar a análise da reforma para tentar aprovar o texto até o fim deste ano. Mais cedo, o presidente da República contou que conversou sobre a votação em segundo turno da reforma da Previdência com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), sobre temas econômicos. “Falamos basicamente sobre Previdência. A votação do segundo turno e outras pautas da política”, disse Bolsonaro ao fim do café. Segundo fontes, eles também trataram da reforma tributária. A Câmara deverá retomar a votação da Reforma da Previdência na próxima terça-feira, 6, quando os parlamentares estarão de volta à Brasília após três semanas de recesso.

Estadão Conteúdo

31/07/2019 - 05:00

Para Meirelles, PEC tributária não pode excluir Estados

Por Fabio Graner

O secretário de Fazenda do Estado de São Paulo, Henrique Meirelles, disse acreditar que há espaço para a reforma tributária avançar. "Está na hora. A maioria dos Estados quer", afirmou ao **Valor** o ex-ministro da Fazenda no governo Michel Temer, e ex-presidente do Banco Central de Lula, que participa das articulações entre os Estados para viabilizar um projeto.

Meirelles defende que uma reforma não fique restrita à União, como deve propor a atual equipe econômica, e tem que abranger os impostos estaduais. "A finalidade tem que ser simplificar a estrutura tributária do país. Grande parte da complicação tributária se dá pelo ICMS", comentou. "Fazer uma reforma somente federal não resolve", acrescentou.

Ele defendeu a adoção do sistema de "IVA Dual", uma das alternativas que estava sendo elaborado no âmbito dos secretários estaduais de Fazenda. Dessa forma, explica, não haveria problema de interferência na autonomia dos Estados. "Isso eliminaria a discussão sobre a gestão dos tributos", comentou. "Essa parece a melhor alternativa", completou.

O ex-ministro disse que discutiu recentemente o assunto com os Estados do Sul e Sudeste. Ele reconhece que há questões ainda a equacionar, entre elas como viabilizar a mudança da tributação da origem para o destino, já que isso poderá significar perdas relevantes de arrecadação para estados majoritariamente produtores.

No caso de São Paulo, argumentou, a perda pode não ser tão grande quanto a esperada por outros Estados, como Mato Grosso, que são majoritariamente exportadores. "São Paulo é mais exportador, mas também é grande consumidor", explicou o ex-ministro, que chegou a trabalhar em um projeto de simplificação do PIS/Cofins quando chefiou a equipe econômica de Temer.

Nessa quarta-feira, Meirelles participará da reunião com secretários estaduais de Fazenda, que devem apresentar em conjunto propostas de ajustes na PEC 45, apresentada pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP) e inspirada no projeto do economista Bernard Appy, do Centro de Cidadania Fiscal.

Ontem, o presidente do Comitê de Secretários de Fazenda (Comsefaz), Rafael Fonteles, disse ao **Valor** que entre as sugestões de alterações para a proposta da Câmara estaria a garantia de autonomia dos Estados na definição de alíquota e a ausência do governo federal no comitê gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS); a criação do fundo de desenvolvimento regional a ser abastecido com uma parcela da alíquota do IBS, pelo fim da guerra fiscal, entre outras.

Em relação às propostas que estão em tramitação no Congresso Nacional, Meirelles demonstra maior preocupação com o tempo de transição, que pode chegar a 50 anos no caso da PEC de Baleia Rossi. Para o ex-ministro, essa situação pode gerar o problema da convivência de dois sistemas, tornando mais complexo o sistema por algum tempo. O grupo de secretários quer encurtar essa transição. Meirelles também disse que será necessário construir mecanismos para compensar o fim da chamada guerra fiscal. Segundo ele, alguns Estados precisam receber apoio pelo desequilíbrio regional, o que deve se resolver por meio da criação de fundos de desenvolvimento regionais.

Veículo: Folha Online	
Data: 31/07/2019	Caderno: OPINIÃO

FOLHAONLINE
www.folha.com.br

Reforma tributária

Para retomar o crescimento robusto, são necessárias mudanças que tornem mais competitiva nossa economia

Quando olhamos o funcionamento da sociedade e sua ligação difusa e porosa com os mecanismos que produzem a sua subsistência material, estamos diante de um profundo mistério. Como, por exemplo, os produtores de sapatos “sabem” (sem o comando de uma autoridade) quantos, de que tamanho e que tipos devem produzir para atender à demanda? Qual sinal os informa?

Talvez a mais espetacular descoberta dos economistas tenha sido que o sinal é o sistema de preços do mercado, que reduz a demanda pela restrição da renda do consumidor e aumenta o incentivo dos produtores quando os preços sobem, o que restabelece o equilíbrio.

Quanto menor a interferência externa na formação dos preços em mercados competitivos, mais os preços estabelecidos refletem o seu “custo de oportunidade”, ou seja, o maior valor que poderia ser produzido de outros bens com os mesmos fatores de produção nele utilizados, o que significa que estamos no ponto ótimo de sua utilização. É por isso que a primeira qualidade de um sistema tributário é não interferir na formação dos preços competitivos.

Nosso problema, entretanto, é como fazer para retomar o crescimento robusto, única solução para o mais grave problema nacional: 13 milhões de desempregados? A resposta é fazer reformas que tornem mais competitiva nossa economia.

Na reforma da Previdência, o Executivo forneceu a diretriz, sem comprometer-se com ela. Foi politicamente “ajustada” na Câmara com o entusiasmado apoio de seu presidente, o ilustre deputado Rodrigo Maia, na montagem estratégica das comissões e na escolha inteligente dos atores principais.

No caso da reforma tributária, o quadro é muito diferente. A Câmara assumiu seu protagonismo apoiado no projeto do deputado Baleia Rossi/Appy, a [PEC 45/2019](#); o Senado parece flertar com a PEC 293/2004, de autoria do ilustre ex-deputado Luiz Carlos Hauly, e o Executivo continua fechado em copas, mas revelou um apoio a um IVA Federal que admite a assimilação posterior de entes subnacionais com alíquotas por estes fixadas, o modelo canadense, o que supera possíveis objeções constitucionais à PEC 45/2019, mas namora um equivocado imposto sobre transações.

O melhor seria o ministro Guedes assumir o protagonismo da discussão e convidar um ou dois consagrados tributaristas canadenses comprometidos com a reforma que fizeram e promover um simpósio com tributaristas e economistas nacionais para apresentar ao Congresso uma só diretriz. Esse, com seu novo e bem-vindo protagonismo, ajustaria politicamente para tentar obter o mesmo sucesso da reforma da Previdência.

Antonio Delfim Netto

Economista, ex-ministro da Fazenda (1967-1974). É autor de “O Problema do Café no Brasil”.

Veículo: O Globo	Online
Data: 31/07/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Sai a Previdência, entra a tributária



Ainda sem sinais mais fortes de melhora na economia, empresários começam a se apegar na tramitação da reforma tributária para tentar manter o clima de otimismo com a recuperação. A simplificação dos tributos teria um efeito mais imediato sobre a produtividade, ao contrário da Previdência, que vai reorganizar as finanças do governo no longo prazo. “Temos expectativa grande com a tributária”, disse o presidente da Abinee, Humberto Barbato. “Ela pode racionalizar o emaranhado burocrático de se pagar impostos no Brasil”, afirmou Fernando Pimentel, da Abit. Em julho, os indicadores de confiança mostraram que a economia permanece em marcha

lenta. Na indústria, o índice voltou ao menor nível desde outubro, e a sondagem dos consumidores também caiu. Já no comércio e nos serviços houve sinais de melhora, pelos dados da FGV. Tudo somado, o país terá que continuar esperando por dados mais fortes de aquecimento do nível de atividade.

EFEITO FGTS

Pelas contas de Fernando Pimentel, da Abit, o FGTS pode injetar cerca de R\$ 4 bilhões à indústria têxtil e de confecções do país. Em um universo de R\$ 220 bilhões do setor, isso representaria um aumento em torno de 2% sobre o faturamento, em um período de um ano. “É bom, ajuda, estimula consumo e diminui dívida dos consumidores. Mas não será isso que vai alavancar o setor. É preciso avançar com as reformas”, afirmou Pimentel. Barbato, da Abinee, espera corte de juros hoje pelo Banco Central, mas torce para que eles caiam de fato na ponta.

ACORDO DESEJADO

A CNI não enxerga grandes riscos para a indústria em um acordo de livre comércio com os Estados Unidos, como sugeriu ontem o presidente americano Donald Trump. Nas pesquisas com empresários feitas pela entidade, esse é sempre o tratado mais desejado. Em 2018, 22,4% escolheram os EUA como o mercado mais atrativo para um acordo comercial. O México vem a seguir, com 8,4%. Segundo Diego Bonomo, gerente-executivo de comércio exterior da CNI, os americanos já são os principais compradores de itens brasileiros de alta tecnologia, como os aviões da Embraer. Além disso, empresários dizem que os EUA são grandes desenvolvedores de produtos, mas o Brasil poderia fornecer peças e equipamentos que hoje são produzidos na China.

LONGA NEGOCIAÇÃO

Especialistas em comércio externo acreditam que um acordo desse tipo demandaria anos de negociação. José Augusto de Castro, da AEB, lembra que Brasil e EUA são os dois maiores exportadores de commodities e competem em vários produtos, como suco de laranja, açúcar e algodão. Além disso, diz que o Brasil ainda terá que se adaptar ao acordo com a União Europeia. Welber Barral, ex-secretário de Comércio Exterior, diz que o Brasil não negocia sozinho, mas com o Mercosul. “Não precisa durar 20 anos, como foi a negociação com a UE.

Mas com certeza não é algo para o curto prazo”, diz Barral. Bonomo, da CNI, acha que com vontade política um tratado com os EUA poderia ser assinado em até três anos.

FÚRIA PARAGUAIA

A reação do Paraguai a um acordo que equilibra a divisão da energia de Itaipu é o primeiro ato de uma discussão bem maior. Ministros de lá e o embaixador em Brasília caíram. Ontem, no Congresso paraguaio, um dirigente acusou o Brasil de “extorsão financeira” para conseguir o acordo e pediu a sua anulação. Os novos termos seriam “alta traição” à soberania do país vizinho. Até os bispos católicos entraram no debate. Os paraguaios contrataram especialistas estrangeiros para endurecer as negociações com o Brasil. O tratado tem que ser revisto até 2023, quando todos os empréstimos da obra serão quitados.

O TETO É BAIXO

Para Erminio Lucci, CEO da BCG Liquidez, somente em dois anos o PIB brasileiro voltará a crescer acima de 2%. E ainda assim após a aprovação das reformas da Previdência e tributária. Se chegar a 3%, ele enxerga outros problemas: o risco de apagão de mão de obra qualificada e de energia elétrica.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Ainda sem sinais mais fortes de melhora na economia, empresários começam a se apegar na tramitação da reforma tributária para tentar manter o clima de otimismo com a recuperação. A simplificação dos tributos teria um efeito mais imediato sobre a produtividade, ao contrário da Previdência, que vai reorganizar as finanças do governo no longo prazo. "Temos expectativa grande com a tributária", disse o presidente da Abinee, Humberto Barbato. "Ela pode racionalizar o emaranhado burocrático de se pagar impostos no Brasil", afirmou Fernando Pimentel, da Abit. Em julho, os indicadores de confiança mostraram que a economia permanece em marcha len-

Sai a Previdência, entra a tributária

ta. Na indústria, o índice voltou ao menor nível desde outubro, e a sondagem dos consumidores também caiu. Já no comércio e nos serviços houve sinais de melhora, pelos dados da FGV. Tudo somado, o país terá que continuar esperando por dados mais fortes de aquecimento do nível de atividade.

EFEITO FGTS

Pelas contas de Fernando Pimentel, da Abit, o FGTS pode injetar cerca de R\$ 4 bilhões à indústria têxtil e de confecções do país. Em um universo de R\$ 220 bilhões do setor, isso representaria um aumento em torno de 2% sobre o faturamento, em um período de um ano. "É bom, ajuda, estimula consumo e diminui dívida dos consumidores. Mas não será isso que vai alavancar o setor. É preciso avançar com as reformas", afirmou Pimentel. Barbato, da Abinee, espera corte de juros hoje pelo Banco Central, mas torce para que eles caiam de fato na ponta.

ACORDO DESEJADO

A CNI não enxerga grandes riscos para a indústria em um acordo de livre comércio com os Estados Unidos, como sugeriu ontem o presidente americano Donald Trump. Nas pesquisas com empresários feitas pela entidade, esse é sempre o tratado mais desejado. Em 2018, 22,4% escolheram os EUA como o mercado mais atrativo para um acordo comercial. O México vem a se-

guir, com 8,4%. Segundo Diego Bonomo, gerente-executivo de comércio exterior da CNI, os americanos já são os principais compradores de itens brasileiros de alta tecnologia, como os aviões da Embraer. Além disso, empresários dizem que os EUA são grandes desenvolvedores de produtos, mas o Brasil poderia fornecer peças e equipamentos que hoje são produzidos na China.

LONGA NEGOCIAÇÃO

Especialistas em comércio externo acreditam que um acordo desse tipo demandaria anos de negociação. José Augusto de Castro, da AEB, lembra que Brasil e EUA são os dois maiores exportadores de commodities e competem em vários produtos, como suco de laranja, açúcar e algodão. Além disso, diz que o Brasil ainda terá que se adaptar ao acordo com a União Europeia. Welber Barral, ex-secretário de Comércio Exterior, diz que o Brasil não negocia sozinho, mas com o Mercosul. "Não precisa durar 20 anos, como foi a nego-

ciação com a UE. Mas, com certeza, não é algo para o curto prazo", diz Barral. Bonomo, da CNI, acha que com vontade política um tratado com os EUA poderia ser assinado em até três anos.

FÚRIA PARAGUAIA

A reação do Paraguai a um acordo que equilibra a divisão da energia de Itaipu é o primeiro ato de uma discussão bem maior. Ministros de lá e o embaixador em Brasília caíram. Ontem, no Congresso paraguaio, um dirigente acusou o Brasil de "extorsão financeira" para conseguir o acordo e pediu a sua anulação. Os novos termos seriam "alta traição" à soberania do país vizinho. Até os bispos católicos entraram no debate. Os paraguaios contrataram especialistas estrangeiros para endurecer as negociações com o Brasil. O tratado tem que ser revisto até 2023, quando todos os empresários da obra serão quitados.

O TETO É BAIXO

Para Erminio Lucci, CEO da BCG Liquidez, somente em dois anos o PIB brasileiro voltará a crescer acima de 2%. E ainda assim após a aprovação das reformas da Previdência e tributária. Se chegar a 3%, ele enxerga outros problemas: o risco de apagão de mão de obra qualificada e de energia elétrica.

	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO		PÁTRIA AMADA BRASIL
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 55/2018					
Processo n.º 23066.062132/2018-01					
O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a eventual contratação de empresa especializada no fornecimento, instalação e manutenção de 03 (três) plataformas de elevação motorizada para pessoas com mobilidade reduzida, com obra civil e elétrica e contrato de manutenção por 12 meses, para a Universidade Federal da Bahia, visando atender às necessidades de transporte vertical de pessoas e bens da unidade, e acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, conforme especificações e detalhamentos descritos no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e no Edital e seus Anexos.					
Abertura: 12/08/2019 às 10h (horário de Brasília).					
Edital no site www.comprasnet.gov.br Tel.: (71) 3283-6168/3283-6079.					
Marco Antônio Souza Costa Pregoeiro					

Veículo: O Globo	Online
Data: 31/07/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Estados preparam reforma tributária alternativa

Proposta altera texto que está em tramitação na Câmara. Governos querem garantir autonomia para arrecadar impostos e manutenção de políticas de incentivo regional. Unificação de ICMS e ISS também está em análise



Simplificação. Secretário Rafael Fonteles: reforma não pode mais ser adiada

Secretários estaduais de Fazenda apresentarão hoje um projeto alternativo de reforma tributária. O texto é baseado na proposta de emenda à Constituição (PEC) que tramita na Câmara dos Deputados e prevê a substituição de cinco impostos por apenas um tributo, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) ou Imposto sobre Valor Adicionado (IVA). As sugestões dos estados buscam diminuir incertezas em relação à arrecadação e à política de incentivos fiscais.

A proposta que está na Câmara é inspirada no trabalho do economista Bernard Appy, do Centro de Cidadania Fiscal (CCif). O IBS ou IVA substituiria os seguintes impostos: IPI, PIS, Cofins (federais), ICMS (estadual) e ISS (municipal). Como inclui tributos regionais, a divisão de recursos seria feita por um conselho formado por União, estados e municípios. Além disso, o modelo de incentivos tributários seria extinto.

O risco de perda de arrecadação e as incertezas em relação às políticas de incentivo regional foram os pontos que mais preocuparam os estados. O texto elaborado por eles busca resolver isso definindo que a administração do novo tributo será feita pelos estados e explicitando que parte dos recursos financiará fundos de desenvolvimento.

Segundo o secretário de Fazenda do Piauí, Rafael Fonteles, coordenador do Conselho Nacional dos Secretários de Fazenda (Consefaz), as modificações sugeridas geraram convergência para que estados sejam incluídos na reforma tributária. A própria equipe econômica do governo não pretende incluir o sexta dose em sua proposta por que resistências poderiam inviabilizar a aprovação.

—A autonomia e o fundo de desenvolvimento regional geraram a convergência. Além da compreensão dos secretários de que há uma necessidade, que não pode ser mais adiada, de simplificação tributária para gerar mais crescimento econômico—afirmou Fonteles.

MINIRREFORMA

O avanço de outras reformas no Congresso, especialmente a da Previdência, sinalizou que é possível uma proposta que contemple estados.

— Você está vendo o Congresso deliberando sobre diversas matérias antes muito complicadas de avançar, está vendo uma tramitação célere. Os estados não podiam ficar sem sua proposta, ou pelo menos uma alteração à proposta do CCif —disse Fonteles.

Os estados consideram ainda propor uma espécie de minirreforma tributária, englobando apenas impostos regionais (ICMS e ISS). Esses tributos seriam substituídos por um único imposto, que vem sendo chamado de “IVA dual”. A alternativa, no entanto, só avançaria se o governo decidir apresentar uma proposta que englobe apenas impostos federais, acrescentou Fonteles.

Tribuna

Tribuna da Bahia

/ osvaldolyra@gmail.com / raulmonteiro@uol.com.br

Reforma Tributária

Numa iniciativa da Câmara de Assuntos Tributários da Fecomércio-Bahia, o deputado federal João Roma (PRB) apresenta hoje, às 11h, a proposta de Reforma Tributária que tramita no Congresso, durante a reunião de diretores da entidade, no 9º andar da Casa do Comércio. O



João Roma

deputado baiano foi o relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e o texto já teve parecer favorável da Comissão. Agora, o parlamentar compõe a comissão especial que analisará o mérito do texto. O evento é exclusivo aos empresários convidados. A principal mudança contida na Reforma é a criação de um imposto único, o Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), em substituição aos três tributos federais – IPI, PIS e Cofins -, o ICMS, estadual, e o ISS, municipal.

Tribuna

“Consórcio Nordeste é forma de sobreviver ao governo Bolsonaro”

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O cientista político Joviniano Neto, professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), avalia que o Consórcio Nordeste, formado pelos nove governadores da região, virou questão de sobrevivência frente aos cortes promovidos pelo governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL). A iniciativa visa uma maior cooperação política, econômica e social para alavancar o crescimento da região. “Os governadores dizem que não é uma forma de contrapor a Bolsonaro, mas é uma forma de

sobreviver à crise política e econômica do governo Bolsonaro em relação ao Nordeste. É uma forma de união para melhorar a gestão, gastar menos recursos, de forma independente ou dependendo menos do governo federal, com o qual não se pode contar”, avalia o especialista.

Após a reunião do grupo em Salvador, no início da semana, o governador Rui Costa, que é presidente do consórcio, destacou que foi aprovada a criação de uma central única de compras, inicialmente nas áreas da saúde, educação e segurança pública, ajudando a reduzir

despesas. “Com a central, que já deverá começar em agosto, os nove estados nordestinos, que somam 55 milhões de habitantes, poderão fazer compras conjuntas, aumentar a concorrência dos fornecedores, o que ajudará a reduzir custos e ampliar os recursos de cada estado”, declarou.

Com o acordo, os governadores da região esperam realizar projetos conjuntos, atrair mais investimentos e criar fundos de financiamento e captação de recursos. Também será possível a realização de parcerias em áreas como educação, turismo, troca de tecnologia e ações



JOVINIANO NETO avalia que o Consórcio Nordeste virou questão de sobrevivência frente aos cortes promovidos pelo governo do presidente Jair Bolsonaro

de preservação ambiental.

Segundo Joviniano, o fato de Rui ser o presidente do consórcio não o coloca automaticamente numa posição de destaque para 2022. “Os governadores

podem achar que cada um tem o mesmo nível de importância. E Flávio Dino ficou muito destacado, inclusive pela posição política de Bolsonaro [que ordenou corte de verbas ao

Maranhão em função de o governador ser comunista]. Ele já está aparecendo e se cacifando para ser um peso nacional. O estilo dele é mais polêmico e Rui é mais gestor”.

31/07/2019 - 05:00

Divergências sobre a previdência do servidor

Por **Cristiano Romero**

Existe uma divergência significativa entre estimativas de economia de despesa que a reforma da Previdência proporcionará à União no que diz respeito aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos funcionários públicos dos Três Poderes. De acordo com cálculos do Ministério da Economia, o texto da reforma aprovado pela Câmara dos Deputados em votação de primeiro turno assegura economia, em dez anos, de R\$ 159,8 bilhões, o equivalente a 17,11% do ganho total (R\$ 933,5 bilhões) projetado para todas as mudanças, inclusive o aumento de 15% para 20% na alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) paga pelos bancos.

A Instituição Fiscal Independente (IFI), vinculada ao Senado, fez projeção bem menos otimista. O estudo especial nº 10 do centro de estudos prevê que o impacto da reforma será, entre 2020 e 2029, de "apenas" R\$ 66,8 bilhões. Para o IFI, mesmo a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) original do governo produziria um ganho fiscal menor que o imaginado pela equipe econômica - de R\$ 120,6 bilhões, quase R\$ 35 bilhões abaixo da estimativa oficial (que, após a aprovação da reforma em primeiro turno, aumentou de R\$ 155,4 bilhões para R\$ 159,8 bilhões).

"Next"

Economia esperada com a reforma da Previdência - em bilhões

	Em 10 anos (2020-2029)	
	PEC (Estimativa Ministério da Economia)	PEC (Estimativa IFI)
Economia c/despesa de aposentadoria	-	101,2
Economia c/despesas de pensão	-	19,4
Economia total	159,8	120,6

Fonte: IFI; Ministério da Economia. (*) Texto aprovado em 1º turno na Câmara dos Deputados.

O IFI não é uma entidade mantida pela oposição ao governo. Seus quadros possuem formação técnica tão boa quanto a dos integrantes da equipe do Ministério da Economia. O instituto foi criado sob a seguinte inspiração: diante da tirania que tomou conta do antigo Ministério da Fazenda, sob o auspício da desditosa Nova Matriz Econômica, tornou-se necessário ter, no âmbito do setor público, de preferência fora do Poder Executivo, uma instituição para acompanhar as finanças públicas com independência.

O que o IFI está dizendo é que a reforma constitucional da Previdência, a mais ampla e profunda das três realizadas desde 1998, produzirá, no quesito funcionalismo público federal, economia fiscal bem menor que a projetada oficialmente - R\$ 93 bilhões a menos, algo superior a 1% do Produto Interno Bruto (*ver tabela acima*). Daí, o título "next" (próximo, em inglês) da tabela: se nada for feito nas três votações restantes da reforma em curso, a urgência por uma nova reforma da Previdência, destinada exclusivamente aos servidores públicos, tomará lugar rapidamente no debate econômico e na agenda política do país, uma vez que todos entendemos que não é possível viver eternamente com finanças públicas deficitárias.

Hoje, o déficit anual do RPPS federal (dos funcionários dos Três Poderes) está em torno de R\$ 95 bilhões, o equivalente a quase metade do déficit do INSS, que paga aposentadorias e pensões a 30 milhões de pessoas, além de bancar despesas, como abono salarial e BPC (Benefício de Prestação Continuada), em que não há contrapartida dos beneficiários. São despesas, sem dúvida, de caráter civilizador, que vão além de um regime previdenciário tradicional.

Projeção do IFI prevê R\$ 93 bi a menos que a oficial

Desde a promulgação da Constituição, o Congresso Nacional mudou as regras de aposentadoria duas vezes, em 1998 e em 2003 - agora, o faz pela terceira vez. Alterações frequentes - no caso em questão, uma a cada sete anos, em média, desde 1998 - têm justificativas razoáveis: devido à forte resistência de grupos atingidos, que, alegando "direito adquirido" - mais apropriadamente, "privilégio adquirido", na aceção certa do ex-ministro Pedro Malan -, sabotam as tentativas de mudança; e ao envelhecimento da população, agora em ritmo acelerado e inesperado.

Considerando-se as duas reformas realizadas até agora, a situação de aposentação dos servidores civis ficou assim:

1) A maioria dos servidores admitidos entre 2003 e 2013, que corresponde ao período entre o início da vigência da Emenda Constitucional nº 41 de 2003, proposta pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva para mudar o RPPS, e a instituição do Regime de Previdência Complementar, previsto pela Lei 12.618/2012, está enquadrada na regra definitiva incorporada pelo artigo 40 da Constituição, regra esta que exige idades mínimas de 55 anos para mulheres e 60 anos para homens, sendo seus benefícios calculados como base na média dos 80% maiores salários. Os reajustes são baseados na inflação;

2) Os servidores admitidos após 2013 estão sujeitos aos mesmos critérios da regra definitiva mencionada acima, mas com uma restrição adicional - o benefício é limitado ao teto do RGPS, hoje fixado em R\$ 5.839,45. Se desejar, o servidor pode se filiar ao RPC, aderindo ao Funpresp, o fundo de pensão criado em 2013 para gerir a previdência complementar dos servidores. Até o limite de 8,5% do salário, a União contribui de 1 para 1 como patrocinadora do fundo;

3) Os servidores que ingressaram até 2003 podem usufruir de regras de transição e de excepcionalidade que lhes asseguram aposentadoria antecipada em relação às idades de referência (55/60) da regra definitiva do art. 40 da Constituição Federal, com preservação dos direitos de se aposentar com a integralidade (pelo último salário) e a paridade de reajustes em relação aos salários dos servidores em atividade.

A reforma da Previdência em curso também fixa idade mínima e aumenta de forma significativa a contribuição para o RPPS (de 11% até 17%, mas em escala progressiva, sobre o salário bruto) pelos funcionários.

Cristiano Romero é editor-executivo e escreve às quartas-feiras

E-mail: cristiano.romero@valor.com.br

31/07/2019 - 05:00

Servidores municipais terão demissão automática com aposentadoria

Por Edna Simão

A proposta de reforma da Previdência prevê que os servidores públicos municipais serão demitidos assim que se aposentarem por tempo de contribuição no âmbito do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). A medida tem como objetivo evitar que os funcionários públicos recebam a aposentadoria e optem por continuar trabalhando.

Atualmente, mais de 3 mil municípios não têm regimes próprios de Previdência e, portanto, fazem as contribuições previdenciárias de seus funcionários para o RGPS. Isso acontece porque para muitas prefeituras pequenas não é financeiramente viável criar um regime próprio para atendimento de poucos trabalhadores. Recentemente, o **Valor** noticiou que os trabalhadores das empresas estatais também teriam o fim do vínculo no emprego com o pedido de demissão.

No dia 10 de julho, a Câmara dos Deputados aprovou em primeiro turno a proposta de reforma da Previdência. Na próxima semana, o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), pretende realizar a votação em segundo turno para que a matéria possa ser encaminhada ao Senado.

Além do fim do vínculo empregatício com a aposentadoria, a proposta de reforma ainda veda a criação de novos regimes próprios de Previdência, o que é criticado pelo presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Glademir Aroldi. Para ele, a medida pode ser questionado judicialmente pelos municípios pois considera que a proposta da forma com que foi aprovada em primeiro turno interfere na autonomia do Poder local.

A proibição foi inserida no texto pelo relator da reforma da Câmara, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP). Essa é regra é mais restritiva do que o desejado inicialmente pelo governo. A ideia do Executivo era apenas regulamentar por lei complementar a extinção dos regimes próprios.

O texto da reforma ainda impede a complementação das aposentadorias pelo município para garantir benefícios superiores ao teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que atualmente é de R\$ R\$ 5.839,45. Dessa forma a medida atende algumas prefeituras, sujeitas ao RGPS, e que são alvo de ações judiciais pois contam com leis locais que lhes impõem a obrigação de complementar a aposentadoria integral dos servidores no que ultrapassar o teto do INSS.

É o caso do município de Sengés (PR), cuja complementação está prevista no art. 6º da Lei Municipal nº 16/99 que foi revogado recentemente. Por conta disso, o município de menos de 20 mil habitantes sofreu processo em que uma servidora municipal aposentada pelo INSS requereu complementação, em sua aposentadoria, de R\$ 4 mil, dado que já recebia o valor máximo pago aos inscritos no RGPS.

"Em decisão liminar, o município foi condenado a pagar a complementação da aposentadoria. Mas entrou com agravo de instrumento e acabou de conseguir um efeito suspensivo dessa decisão, até que o processo seja julgado. Não acreditamos que o município venha a ter que pagar essa complementação, até porque o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) já declarou a inconstitucionalidade de leis como essa", explicou o advogado Pedro Vasconcellos, do Balera, Berbel e Mitne Advogados, que atua no caso. Se a PEC da Previdência for aprovado, esse tipo de discussão perde o sentido ao longo tempo, segundo técnico da área econômica ouvido pelo **Valor**.

FGTS vai distribuir lucro de R\$ 12,2 bilhões a cotistas

FUNDO DE GARANTIA O conselho de administração da Caixa Econômica Federal aprovou o balanço de 2018 do FGTS, que registrou lucro de R\$ 12,2 bilhões. Medida provisória publicada na semana passada pelo governo estabelece que o valor seja integralmente distribuído aos cotistas do fundo. Terão direito a receber os recursos, conforme prevê a medida do governo, todas as contas que tinham saldo disponível em 31 de dezembro de 2018. A distribuição será proporcional ao saldo de cada conta e deve ocorrer até 31 de agosto.

O FGTS passou a distribuir seus resultados aos cotistas em 2017, durante o governo Temer. Na época, foi fixado um percentual de 50%. Na última semana, o governo

elevou a distribuição para 100%. Técnicos do governo já haviam antecipado na última semana, em entrevista coletiva, que o lucro do FGTS seria de aproximadamente R\$ 12 bilhões em 2018. O valor apurado no exercício é menor que o registrado em anos anteriores. Em 2017, o resultado líquido ficou em R\$ 12,4 bilhões. Em 2016, em R\$ 14,5 bilhões.

Ao distribuir os recursos,

500

reais é o valor que poderá ser sacado das contas do FGTS a partir de setembro

a medida aumenta a rentabilidade das contas do FGTS. O governo considera o retorno financeiro atual do FGTS muito baixo para os cotistas. Nas contas do Ministério da Economia, um saldo de R\$ 100 em janeiro de 2000 compraria apenas R\$ 72,99 em mercadorias em dezembro de 2018, mesmo incluídos juros e atualização monetária pagos pelo FGTS.

A Caixa está se preparando para abrir agências aos fins de semana para atender a demanda dos clientes. O presidente do banco, Pedro Guimarães, já mencionou que o atendimento pode incluir sábados e domingos. Segundo o governo e a Caixa, cerca de 100 milhões de trabalhadores serão contemplados com a liberação dos saques.



Três primeiras mudanças de NRs representam economia de R\$ 68 bi em 10 anos

As mudanças em normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho têm o objetivo de reduzir as exigências feitas às empresas

LEIA TAMBÉM > [Tire suas dúvidas sobre o que muda no saque do FGTS](#)

O governo **Jair Bolsonaro** anunciou nesta terça-feira, 30, mudanças em três normas de segurança e saúde no trabalho, conhecidas como NRs, com o objetivo de reduzir as exigências às empresas. Segundo o secretário especial de **Trabalho e Previdência** do **Ministério da Economia**, **Rogério Marinho**, as três normas alteradas nesta terça garantirão uma economia de R\$ 68 bilhões em dez anos para o setor privado.

Segundo o secretário, hoje existem 36 NRs que somam mais de 6 mil linhas distintas de atuação que impactam diretamente a produtividade das empresas brasileiras, desde uma padaria até um forno siderúrgico. “Não podemos continuar a ser uma fábrica de criação de obstáculos burocráticos para quem quer empreender”, afirmou. “Não podemos conviver com regras anacrônicas que nos atrasam, atrapalham e nos inibem. O empreendedor brasileiro tem uma âncora nos pés na hora de competir com os chineses”, discursou em evento no Palácio do Planalto.

Além das modificações anunciadas, o governo vai consolidar 158 decretos que tratam de normas trabalhistas em quatro textos. O primeiro reunirá 19 dispositivos que já existem sobre direitos trabalhistas. O segundo decreto abará os 51 textos atuais sobre as profissões regulamentadas e seus respectivos conselhos profissionais. O terceiro decreto tratará dos colegiados e comissões trabalhistas. E o quarto decreto consolidará

os 79 dispositivos que tratam de convenções internacionais do trabalho ratificadas pelo Brasil.

próxima etapa do governo será consolidar 600 portarias sobre questão trabalhista em dez tetos. Posteriormente, o governo deverá consolidar ainda instruções normativas, notas técnicas e manuais. “Essa é mais uma modernização trabalhista. A vida do empresário é decidida nas pequenas coisas. É preciso modernizar o cipoal infralegal para desentupir os canais de investimento e tratar o empresário de maneira menos agressiva”, disse o secretário de Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Dalcolmo.

O que já mudou. O governo alterou a NR número 1 para liberar micro e pequenas empresas de baixo risco de elaborar planos de riscos químicos, físicos e biológicos. “Isso irá gerar uma economia de R\$ 1,5 bilhão por ano, ou R\$ 15 bilhões por dez anos. Eu estou falando do cabelereiro, do dono do boteco”, exemplificou Marinho.

O governo também retirou a exigência de que um trabalhador que já passou por uma qualificação precise de um novo treinamento ao ser contratado em função semelhante. O treinamento valerá desde que não tenha sido feito num prazo superior a dois anos. “Isso também trará a economia de R\$ 1 bilhão por ano, ou R\$ 10 bilhões em uma década”, afirmou.

O governo revogou a NR número 2, da inspeção prévia, que trata da obrigatoriedade de visita de um auditor do trabalho para que uma micro ou pequena empresa possa começar a trabalhar.

Também foi alterada a NR número 12, que traz regras sobre a segurança para a implantação de máquinas e equipamentos. Pela regra, ao instalar uma máquina ou equipamento, o empresário precisa garantir a integridade físicas dos trabalhadores com avisos, barreiras, entre outras. Agora, se for uma máquina de uso difundido, basta instalar e usar.

O secretário disse que pretende continuar o trabalho de alterações nas NRs e citou a número 24, que trata de instalações sanitárias, e a número 17, que trata de ergonomia. A NR número de 18, da construção civil, também poderá passar por mudanças.

Marinho negou que as mudanças podem provocar aumento de acidentes de trabalho. Segundo ele, houve consenso entre governo, empregadores e trabalhadores sobre as alterações. “Assinamos acordos de cooperação com federações das indústrias para desenvolver uma estratégia nacional de redução de acidentes de trabalho”, afirmou.

Veículo: Folha Online	
Data: 31/07/2019	Caderno: OPINIÃO

FOLHAONLINE
www.folha.com.br

Novo bloqueio do Orçamento atinge R\$ 348 milhões da Educação

Ministério da Educação tem novos recursos bloqueados e responde pelo maior corte no ano

O bloqueio de R\$ 1,4 bilhão no Orçamento federal deste ano, anunciado pelo governo na última semana, será distribuído em nove ministérios. Decreto com o detalhamento do corte foi editado pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) na noite desta terça-feira (30).

A maior limitação, de R\$ 619 milhões, será feita no Ministério da Cidadania. O segundo maior corte ficou com o MEC (Ministério da Educação), que terá menos R\$ 348 milhões para gastar neste ano.

Com a piora nos parâmetros econômicos e uma redução nas projeções de arrecadação, o governo já havia feito em março um bloqueio de aproximadamente R\$ 30 bilhões no Orçamento.

A redução de recursos na área da Educação levou a uma onda de protestos em maio. No mesmo mês, a equipe econômica anunciou o desbloqueio de parte da verba do ministério da área. [x]

Agora, voltou a fazer um corte na Educação. No total, foram bloqueados neste ano R\$ 6,2 bilhões da pasta, quase 25% do orçamento para o ano. É o maior corte da esplanada dos ministérios.

O decreto editado nesta terça ainda bloqueia recursos dos ministérios da Agricultura (R\$ 54 milhões), Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (R\$ 59 milhões), Economia (R\$ 282 milhões), Meio Ambiente (R\$ 10 milhões), Relações Exteriores (R\$ 32 milhões), Saúde (R\$ 6 milhões) e Turismo (R\$ 100 milhões).

A medida recompõe R\$ 60 milhões ao Ministério de Infraestrutura e R\$ 5 milhões ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

O corte de R\$ 1,4 bilhão no Orçamento dos ministérios só não foi maior porque o governo usou uma reserva de recursos destinada a situações emergenciais.

Para atenuar o bloqueio, a equipe econômica usou R\$ 809 milhões que restavam na reserva.

A cada dois meses, o governo precisa reavaliar as contas e ver se o balanço entre receitas e despesas permite o cumprimento da meta fiscal, atualmente fixada em déficit de R\$ 139 bilhões.

Em setembro, uma nova avaliação será feita. Eventual descompasso na conta levará a novo corte, já que não há mais reserva emergencial para cobrir o rombo.

Veículo: Política Livre	
Data: 31/07/2019	Caderno: Economia



Desemprego no Brasil recua 0,7%, revela pesquisa do IBGE

A taxa de desocupação no Brasil, no trimestre encerrado em junho de 2019, ficou em 12% e a subutilização foi de 24,8%. Houve ligeira queda na comparação com o trimestre anterior, quando a desocupação estava em 12,7% e a subutilização em 25%. No mesmo período do ano passado, as taxas eram de 12,4% e 25,5%, respectivamente. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – Contínua (Pnad Contínua), divulgada hoje (31), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São 12,8 milhões de pessoas sem trabalho no país e 28,4 milhões que trabalham menos horas do que poderiam. O rendimento real habitual apresentou queda de 1,3%, caindo de R\$ 2.321 no primeiro trimestre do ano para R\$ 2.290 na última medição. O número de desalentados – pessoas que desistiram de procurar trabalho – se manteve recorde no percentual da força de trabalho, com 4,4%, que soma 4,9 milhões.

Agência Brasil

31/07/2019 - 05:00

Governo vê até 11 petroleiras em megaleilão do pré-sal

Por Daniel Rittner, Rafael Bitencourt e Lu Aiko Otta

O Ministério de Minas e Energia espera a participação de até 11 multinacionais do petróleo na disputa pelos excedentes da cessão onerosa, que está marcada para o dia 6 de novembro e tem bônus de assinatura estipulado em R\$ 106 bilhões. Nesta sexta-feira, devem ser enviadas as últimas respostas do governo aos pedidos de esclarecimentos e diligências do Tribunal de Contas da União (TCU), segundo o secretário-executivo-adjunto da pasta, Bruno Eustáquio de Carvalho.

Eustáquio disse ao **Valor** que foram realizadas três rodadas de "conversas one-on-one [uma a uma]" com essas empresas - entre as quais gigantes como Shell, Exxon Mobil, Total, BP, Equinor, CNOOC e Petrogal - para dirimir antecipadamente dúvidas sobre o megaleilão do pré-sal. Para o governo, ficou claro quem tinha ou não interesse nos recursos para valer. Vem daí a aposta em até 11 participantes. "A nossa expectativa é ter pelo menos uma proposta para cada área. Por suas características, é um ativo premium, graças à ausência de risco exploratório e à produtividade dos campos", afirma o secretário.

O edital definitivo do leilão será lançado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) no dia 6 de setembro. "Sempre há elementos para aperfeiçoar, mas a consulta pública foi uma das mais serenas das quais participei em toda a minha vida. Isso reflete um nível de transparência, participação e engajamento impecável. As próprias empresas reconhecem isso."

Logo após a publicação do edital, o governo pretende fazer um "road show" por Estados Unidos, Europa e Ásia para divulgar as oportunidades do setor de petróleo e gás natural no Brasil. A intenção é falar não apenas sobre os excedentes da cessão onerosa, mas sobre a 6ª rodada do pré-sal pelo regime de partilha e a 16ª rodada de licitações sob o regime de concessão (principalmente em áreas terrestres e do pós-sal), além da oferta permanente de acumulações marginais. Ao todo, devem ser recolhidos R\$ 117 bilhões só em bônus de assinatura.

Apesar da corrida contra o tempo para que esse dinheiro caia na conta do Tesouro Nacional na segunda quinzena de dezembro, Eustáquio demonstra confiança. "O nosso compromisso em seguir o cronograma é total", ressalta. Ele informou que o ministério já recebeu duas oitivas, uma diligência e um pedido de acompanhamento do TCU. As últimas complementações estão sendo encaminhadas ao órgão de controle nos próximos três dias.

O tribunal prepara uma rápida resposta à entrega formal dos estudos sobre o leilão. O **Valor** apurou que a corte planeja submeter a análise do certame à aprovação final na sessão plenária de 28 de agosto - ou, no máximo, no julgamento da semana seguinte.

Técnicos do tribunal e parte dos ministros se comprometeram a encurtar o rito de análise previsto na Instrução Normativa 81/2018. A norma prevê que, a partir do envio dos dados consolidados dos processos de desestatização, inicia a contagem do prazo de 90 dias para concluir a análise. Dentro disso, 75 dias ficam para a área técnica se manifestar e outros 15 dias para o ministro-relator submeter seu parecer à votação no plenário.

Para viabilizar o leilão neste ano, a Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo (Seinfra Petróleo) deve se posicionar em 30 dias. O relator do caso, o ministro Raimundo Carreiro, apreciará o caso em dez dias.



Bruno Eustáquio: "Nosso compromisso em seguir o cronograma é total"

A avaliação do excedente é feita desde as primeiras interações com o governo sobre o contrato da cessão onerosa com a Petrobras. Os técnicos do TCU gostam de lembrar que, em 2014, impediram que o direito de explorar o excedente fosse repassado à Petrobras por apenas R\$ 2 bilhões.

O certame oferecerá quatro áreas do pré-sal (Búzios, Atapu, Sépia e Itapu), com volume estimado entre 6 bilhões e 15 bilhões de barris. Os investimentos devem superar R\$ 1 trilhão nos 35 anos de contrato. A Petrobras já manifestou interesse em exercer o direito de preferência em Búzios e Itapu, onde poderá entrar como operadora do consórcio com participação mínima de 30%.

31/07/2019 - 05:00

Previsão de R\$ 2 bi do BNDES para projeto de infraestrutura é insuficiente

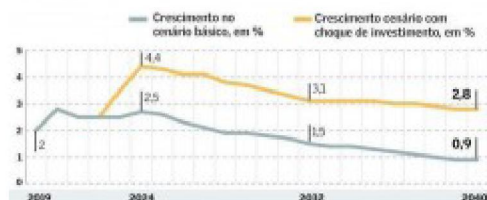
Por Lu Aiko Otta

Para dar volume às parcerias entre governos e empresas por meio de concessões de Parcerias Público-Privadas (PPPs), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai reservar cerca de R\$ 2 bilhões neste ano para estruturar projetos. Se tudo correr bem e rápido, os estudos encomendados em 2019 sairão do papel na forma de investimentos da ordem de R\$ 200 bilhões em 2021. Ainda assim, o volume estará muito aquém do necessário.

"Estamos assumindo que temos um desafio enorme a enfrentar", disse ao **Valor** o secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord. Ampla diagnóstico apresentado por ele sobre os investimentos no setor mostra que o conjunto de projetos em infraestrutura já anunciados, somados aos que estão em andamento e aos que são realizados sem projeto, como manutenção de ruas, chega a R\$ 80 bilhões até 2022. No entanto, seriam necessários R\$ 287 bilhões.

Choque de investimento

Cenário prevê que alta do PIB pode até triplicar



Investimento por setor em cenário transformador (R\$ bilhões)

"É o primeiro diagnóstico realista do tamanho do problema a enfrentar", afirmou o secretário. O trabalho será lançado oficialmente amanhã na sede da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib).

A meta definida pelo governo é elevar o estoque de infraestrutura do Brasil dos atuais 36% do Produto Interno Bruto (PIB) para 38% do PIB em 2022 e criar condições para que chegue a 61% do PIB em 2040. Para tanto, o fluxo de investimentos precisará passar de 2,1% do PIB em 2019 para 3,8% em 2022 e 5,3% em 2040.

Para conseguir esse salto no volume, o governo corre para aumentar a quantidade de projetos de parceria a oferecer às empresas. No mercado de infraestrutura, a avaliação é que há interesse das empresas em fazer negócios e existem fontes de financiamento. Mas faltam projetos.

O diagnóstico do governo é que, além dos R\$ 2 bilhões em projetos contratados este ano, serão necessários mais R\$ 4 bilhões em 2020 e R\$ 5 bilhões em 2021. "Cada R\$ 1 que o BNDES empresta, vira R\$ 1 em dívida. Cada R\$ 1 que o BNDES aplica em projetos pode virar R\$ 100 em investimentos", compara o secretário.

Essa frente de atuação do BNDES é chamada de "fábrica de projetos" e faz parte da agenda de infraestrutura proposta pelo Ministério da Economia, formada por três grandes linhas. Segundo Mac Cord, são "o que se fez no passado, elevado a menos 1".

A primeira linha é a redução da participação do governo nos projetos em infraestrutura. Exemplos: a operação do Projeto de Integração do São Francisco será entregue ao setor privado, assim como as operações do Trensurb e da CBTU.

A segunda é criar condições para ampliar a participação do setor privado. Por exemplo, o projeto de lei do "choque de investimento", em elaboração no governo, conforme informou o **Valor** no último dia 16.

A terceira linha é analisar projetos e fazer planejamento de longo prazo. A fábrica de projetos entra neste grupo.

O trabalho do ministério traz projeções sobre o crescimento do PIB num cenário básico e num cenário de choque de investimentos. Os números são os mesmos até 2022. Mas já em 2023 a diferença na taxa de crescimento é de um ponto percentual. No cenário básico, a geração de empregos diretos e indiretos está projetada em 507 mil em 2022. No cenário do choque de investimento, seriam 2,5 milhões.